



Relatório e Contas do Exercício de 2019

Direção da ACS

www.acasapiana.com | acasapiana@acasapiana.com |
217 622 020 | Rua António Pinho, nº6 / 6 C, 1500-661 Lisboa



Índice

I.	Introdução	3
II.	Acontecimentos Relevantes	3
III.	Conclusão	3
IV.	Agradecimentos	4
V.	Ata da Direção	5
VI.	Parecer do Conselho Fiscal.....	6
CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2019		7
1.	Administração e Gestão	7
1.1.	Recursos Financeiros e Patrimoniais	7
1.2.	Investimentos, gestão e manutenção de património	8
1.3.	Recursos Humanos	9
2.	Relação com os Associados (as) e com o exterior.....	9
2.1.	Relação com Associados (as)	9
2.2.	Relação com o exterior	10
CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais		11
1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	11
1.1.	Metas e dinâmicas	11
1.2.	Serviços prestados	12
2.	Núcleo de Convívio e Partilha (NCP).....	12
2.1.	Metas e dinâmicas	12
2.2.	Serviços prestados	12
3.	Organograma funcional das duas respostas sociais	12
3.1.	Direção Geral/Técnica	12
3.2.	Serviço Social	13
3.3.	Enfermagem	13
3.4.	Coordenação de Equipas	13
3.5.	Animação Sociocultural	13
3.6.	Marketing	14
3.7.	Administrativo e Financeiro	14
3.8.	Equipa multidisciplinar	14
3.9.	Área da manutenção e obras	14
Considerações Finais		15
ANEXO		16
Anexo 1		17
Contas 2019		17

I. Introdução

Em conformidade com a Lei e os Estatutos da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS, com sede na Rua António Pinho, nºs. 6, 6A, 6B e 6C, Parque do Monsanto, 1500-534 Lisboa, inscrita com o número de registo 26/94, em 16 de Maio de 1994 – Livro nº 5 folha nº 182 e verso, considerado efetuado em 19/7/1993, conforme publicação no Diário da República nº 168, III série, a folhas 13312 de 22/7/1994, com o NIF: 503109487 e NISS 20004217089, e, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 59º - A do Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício referente ao ano de 2019.

O citado Relatório é o resultado do trabalho desenvolvido pela Direção durante o ano de 2019, e resultam da consolidação dos modelos de funcionamento que garantirão a solidez económica e financeira da instituição. Destaque-se as apostas feitas no processo formativo dos colaboradores da ACS e na melhoria dos processos operacionais administrativos, técnicos e de cuidados dos utentes e sublinhe-se que continuamos a honrar os nossos irmãos Casapianos fundadores e a Solidariedade Gansíada porque a nossa Felicidade é a Felicidade que proporcionamos aos outros.

II. Acontecimentos Relevantes

Pelo seu significado informamos que nos foram concedidas doações no montante total de 162.601,65 euros (cento sessenta e dois mil seiscentos e um euros e sessenta e cinco cêntimos), e que se procedeu à venda de património imobiliário, resultante de doações anteriores, no montante de 310.000,00 (trezentos e dez mil euros). Foi, também, a ACS agraciada com a doação de uma obra de arte, pelo próprio autor, Mestre Gil Teixeira Lopes, pintura que se encontra exposta no Salão Nobre, que passou a ter o seu nome em reconhecimento pela honra com que o Mestre nos continua a distinguir oferecendo a sua própria obra.

III. Conclusão

O Resultado Líquido do período é positivo no montante de 268.663,24 euros (duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e sessenta e três euros e vinte e quatro cêntimos) e o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos é de 468.829,84 euros (quatrocentos e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e nove euros e oitenta e quatro cêntimos), com uma média anual de 96 utentes em ERPI e de 2 utentes em NCP / Centro de Dia.

O passivo foi reduzido de 2018 para 2019 de 1.789.635,79 euros para 1.481.405,30 euros, redução esta que se deve à gestão de tesouraria com utilização do excedente do ano de 2019, e a resultados de receitas extraordinárias. De salientar a redução do saldo fornecedores de 219.249,98 euros em 2018, para 47.280,11 euros no final de 2019. No que se refere a financiamento de longo prazo, o empréstimo para a ampliação junto do Montepio, passou de 1.173.833,81 euros em 2018 para 1.067.357,72 euros em 2019.



E ainda que as ações de eficiência de custos relativos a “Fornecimentos e Serviços Prestados Externos” realizadas durante o ano de 2019 tiveram um impacto de cerca de 130.000,00 euros (cento e trinta mil euros).

IV. Agradecimentos

A ACS e os seu corpos gerentes agradecem a colaboração e apoio das instituições nossas parceiras seguintes: ISS, IP - Segurança Social; PSP – Polícia de Segurança Pública – Posto do Bairro da Boavista; Escola Superior de Educação de Lisboa - ESELx; Universidade Católica – (Enfermagem –Lisboa); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Cruz Vermelha Portuguesa.

Ao Banco Montepio, Associação Mutualista Montepio, ao CPAC – Casa Pia Atlético Clube e à Casa Pia de Lisboa deixamos uma referência muito especial de agradecimento e um abraço Casapiano.

Gratos pela colaboração dos nossos trabalhadores e fornecedores parceiros e igualmente gratos aos nossos utentes e suas famílias por nos acompanharem e em nós confiarem. Bem hajam.



V. Ata da Direção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

ACTA Nº 311 DA REUNIÃO DE DIRECÇÃO

A 4 de Março de 2020, pelas 16,00 horas, realizou-se nas instalações da ACS, a reunião da Direção, tendo em vista a apresentação e aprovação do Relatório e Contas de 2019;.....

Estiveram presentes os senhores Luís Figueiredo, Presidente, Leonel Vicente, Maria Eugénia Duarte e Nuno Miguel Carrilho, Vogais, como membros efetivos da Direção;...

1 – Reunião com o Conselho Fiscal;.....

A Direção da ACS reuniu com o Conselho Fiscal para que pudessem ser prestados os devidos esclarecimentos relativos às contas, bem como, a apreciação geral do exercício de 2019. Foram prestadas as informações solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal e respondidas todas as suas questões;.....

2 - Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2019;.....

Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2019. Após aprovação, o referido relatório será publicado e disponibilizado aos associados e demais interessados através dos meios de comunicação existentes (site ACS – www.acasapiana.com). Além de disponível na internet, o Relatório e Contas encontra-se disponível para consulta na sede da ACS. O Relatório e Contas do exercício de 2019 será apresentado e discutido na Assembleia Geral Ordinária da ACS que se realiza no próximo dia 27 de Março de 2020;.....

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada a reunião de que se lavrou esta ata, a qual vai ser assinada pelos presentes;.....

O Presidente _____

(Luís Filipe da Silva Figueiredo)

O Vogal _____

(Leonel Luís dos Santos Vicente)

A Vogal _____

(Maria Eugénia Simões Vieira Duarte)

O Vogal _____

(Nuno Miguel Faria Carrilho)



VI. Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2019

Este é o Relatório da atividade do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Relatório

O Conselho foi periodicamente informado do desenvolvimento das ações da Direção durante o exercício de 2019, isso permitindo-lhe considerar informativo e elucidativo o Relatório de atividades da Direção que esta lhe apresentou para apreciação.

No desempenho das suas funções o Conselho apreciou as contas do exercício de 2019, que lhe foram apresentadas pela Direção e considera-as em boa ordem e espelhando a situação financeira da Associação.

Dado o exposto, o Conselho Fiscal formula o seguinte:

Parecer

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas de exercício de 2019 nos termos apresentados pela Direção.
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pelas realizações citadas no Relatório.

Lisboa, 06 de Março de 2020

O Presidente _____(Crisóstomo Aquino de Barros)

O Vogal _____(Tiago Filipe Gonçalves Serra Silva Figueiredo)

O Vogal _____(José Pereira Pires)



CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2019

O ano de 2019 traduziu-se num ano em que foi possível estabilizar e organizar a instituição ao nível financeiro, ao nível de recursos humanos e ao nível de fornecedores que permitiu uma prestação de serviços mais eficaz e eficiente.

O ano de 2020 iniciou sem dívidas aos fornecedores o que só foi possível através de um rigor escrutinado e de níveis de exigência elevados que permitiram uma gestão cuidada ao nível das mais diversas rúbricas existentes possibilitando assim a redução de algumas despesas e a otimização de alguns custos para um melhor funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2019, os órgãos sociais efetuaram as seguintes reuniões:

Assembleia Geral	2
Conselho Fiscal	4
Conselho Geral	1
Direção	11

1. Administração e Gestão

A gestão e a administração dos recursos materiais e humanos nas várias respostas sociais da ACS, foram realizadas de uma forma rigorosa e criteriosa. No ano de 2019 não se conseguiu atingir em pleno o objetivo de diminuir o *deficit* de formação e o objetivo de implementar as ações de formação e capacitação que se entendiam necessárias e adequadas para garantir a qualidade e o desenvolvimento humano e profissional dos funcionários da instituição. Estes objetivos não foram atingidos no seu pleno dada a dificuldade e a instabilidade que existiu nas equipas de trabalho que impossibilitou a viabilidade de uma formação mais assertiva, no entanto, a formação aconteceu pontualmente em algumas categorias profissionais.

Ao longo do ano em referência foram feitos esforços no sentido da capacitação dos funcionários superiores nas tarefas de gestão e de controlo interno e operacional com o objetivo de alcançar uma autonomia operativa e de atenuação de risco operacional e legal da instituição

Ao longo do ano a direção e os responsáveis das áreas e trabalhadores conseguiram atingir e disponibilizar as condições necessárias para o funcionamento da resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e da resposta social Centro de Dia - Núcleo de Convívio e Partilha (NCP).

1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais

A estabilização financeira alcançada em 2019, conseguida também através da contratualização de uma Conta Corrente com o Montepio Geral no máximo de 50.000,00 euros, permitiu suportar todos os encargos inerentes ao funcionamento da instituição no decorrer do ano, cumprindo assim com todas as nossas responsabilidades financeiras.



No que se refere à amortização do capital financiado pelo Montepio Geral em Agosto de 2016, para o desenvolvimento do Projeto de Ampliação das instalações da ACS, o ano de 2019 foi o primeiro ano em que a instituição teve que liquidar os três trimestres de encargos bancários. Falamos de um esforço financeiro de 34.416,19 euros trimestrais que se traduzem em 103.248,57 euros anuais. Embora esta verba esteja assegurada em orçamento, este não deixa de ser um esforço financeiro grande que se reflete nas contas de 2019 da Associação Casapiana de Solidariedade.

No que concerne a encargos referentes a fornecedores, manteve-se a preocupação e o rigor com os custos da ACS nas diversas áreas funcionais pelo que foram efetuados vários estudos por forma a reduzir custos sem prejuízo da qualidade. As contas agora apresentadas à Assembleia espelham a redução dos custos em algumas rubricas ao longo do ano, nomeadamente e com maior impacto, na Exploração de Refeitórios, nos produtos de Higiene e Limpeza e na Energia e Fluídos.

Ao nível das receitas, e dando continuidade à necessidade de sustentabilidade financeira da instituição, procurou-se rentabilizar espaços que até à data se encontravam devolutos como novas fontes de receita. Por esse motivo em 2019 estabelecemos dois contratos de arrendamento: Clínica Trevo Dourado (exploração do Piso -1 com clínica de recuperação de AVC's) e Marlene Unipessoal (exploração do bar da ACS).

1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património

Ainda que não estivesse previsto em 2019 o recurso a investimentos corretivos ou de manutenção extraordinária do património, existiu a necessidade de um melhoramento das instalações pelo que foi necessário investir na Adaptação/Conservação e Manutenção do Piso -1 para tonar possível o arrendamento do Piso à Clínica Trevo Dourado.

Por forma a colmatar uma necessidade já identificada, foi efetuado um investimento em equipamentos de Ar Condicionado para os corredores dos Pisos dos quartos por forma a minimizar diferenças de temperaturas e eventuais complicações associadas mantendo uma correta climatização em todo o edifício.

Na sequência das obras de ampliação das instalações da Associação, e por forma a finalizar e a cumprir com as Medidas de Auto-Proteção identificadas pela empresa Previne, foi necessário efetuar um investimento para viabilizar a sua respetiva implementação.

No decorrer do ano foram ainda adquiridos alguns equipamentos necessários, desde mobiliário a material geriátrico para o correto funcionamento da resposta social ERPI.

O ano de 2019 caracterizou-se também por um investimento ao nível da informatização dos serviços que prestamos aos residentes/utentes. Foram adquiridas horas de formação para uma funcionalidade mais eficaz da aplicação informática, dando resposta à execução dos Planos Individuais de Cuidados (PIC) aos residentes. Na sequência deste investimento, foi efetuada também a aquisição de uma aplicação informática que possibilita o Registo das Atividades Diárias (RAD) pelos funcionários das várias equipas da instituição. Para tornar viável esta aplicação, foi



necessário a aquisição de *Tablet's*, e respetivos suportes, que estão estrategicamente posicionados ao longo da instituição por forma a que os funcionários possam efetuar os devidos registos "on-time".

De maior relevância, foi ainda efetuado um investimento na iluminação dos espaços comuns com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica e, por sua vez, reduzir os custos anuais associados a esta rubrica.

Mesmo com os investimentos realizados, a gestão no ano de 2019 foi bastante criteriosa e meticulosa para garantir o equilíbrio da situação económico-financeira da ACS.

1.3. Recursos Humanos

O equilíbrio financeiro que foi alcançado no decorrer do ano de 2019 permitiu dotar o quadro de funcionários da instituição de profissionais qualificados e especializados nas áreas da geriatria, gerontologia, psicologia, enfermagem, psicomotricidade, entre outras que engrandeceram a prestação de serviços da instituição. Findo o ano de 2019, o quadro de funcionários da instituição apresentava um rácio de funcionários superior ao exigido pela lei.

O ano de 2019 ficou marcado por um aumento de 19 postos de trabalho contribuindo assim para a redução da taxa de desemprego nacional e, conseqüentemente, para o aumento da sustentabilidade económica do país que se traduz diretamente no maior poder económico de algumas famílias portuguesas.

Para atualizar, ajustar e melhorar a conduta do funcionário, foi reestruturado o Manual de Acolhimento que atualmente é mais consentâneo com a realidade que se vive na ACS.

O movimento de colaboradores no ano transato foi o seguinte:

Admissões	33
Saídas	24
Funcionários Ativos	67
Prestação de Serviços	11

2. Relação com os Associados (as) e com o exterior

2.1. Relação com Associados (as)

A relação com os Associados no ano de 2019 manteve-se com o mesmo espírito de interajuda, confiança e transparência o que resultou no aumento do número de associados.

Foi reativado o Boletim "ECOS" da ACS em Abril de 2019 que tem feito uma aproximação entre a instituição e os seus associados. Conseguimos com este Boletim dar a conhecer o nosso dia-a-dia e as nossas atividades, contando com a colaboração dos funcionários, residentes e familiares que escrevem as suas próprias experiências com a ACS.



Em Outubro de 2019 iniciámos também a nossa *Newsletter*, como meio de comunicação, enviada a todos os associados via e-mail. Esta *Newsletter* é grátis e está disponível para leitura no site institucional da ACS (www.acasapiana.com).

Os meios de comunicação iniciados e reativados no ano de 2019 permitiram uma abertura ao exterior daquilo que é o nosso *Core Business*, permitindo que as pessoas por iniciativa própria se quisessem juntar à nossa casa.

No ano de 2019, registou-se o seguinte movimento de associados:

Entradas:

De ex-alunos da Casa Pia de Lisboa	6
De ex-funcionários da Casa Pia de Lisboa	3
De funcionários da ACS	2
De outros sócios.....	123
Total – Entradas.....	134

Saídas:

Por falecimento	43
Por desistência	29
Total – Saídas	72

Sócios ativos a 31/12/2019:

Beneméritos	3
Ex-alunos da Casa Pia de Lisboa	179
Ex-funcionários da Casa Pia de Lisboa	44
Funcionários da ACS	18
Outros Sócios	767
Total – Sócios ativos	1011

2.2. Relação com o exterior

A relação da instituição com o exterior manteve-se aliada aos nossos principais meios de comunicação, site da instituição, Boletim Ecos e *Newsletter*.

Continuamos também a colaborar com o jornal “O Casapiano” dando continuidade à relação de proximidade com a comunidade Casapiana.

No que diz respeito às entidades externas, mantivemos as boas relações com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, organismo tutelar da ERPI, e com a Casa Pia de Lisboa (CPL), através do seu Conselho Diretivo (presidido pela Senhora Dra. Cristina Figueiro), onde se conservaram as relações institucionais e de colaboração.

No decorrer do ano mantivemos a relação com a CML e com as Instituições da Comunidade onde estamos inseridos (Junta de Freguesia, PSP, Paróquias, Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS).

Os esforços da ACS por manter e fortalecer as relações com o exterior traduziram-se igualmente no desenvolvimento de alguns estágios curriculares, e não curriculares, com a CPL, com a Fundação Liga, com a Cruz Vermelha Portuguesa, com a Universidade ESELx e com a Universidade Católica de Lisboa (enfermagem).

CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais

1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Ao longo do ano de 2019 a resposta social ERPI conseguiu atingir a ocupação média prevista, atingindo assim o seu “*Break Even Point*”. Para responder aos nossos níveis de exigência, em relação a um cuidado de excelência, foi adquirido como anteriormente mencionado a aplicação informática RAD. Esta aplicação serve e servirá para em tempo real conseguirmos perceber as atividades que são realizadas, a quem e por quem, para que numa eventual situação anómala possamos rapidamente intervir e resolver. Concomitantemente foram reativados, informaticamente, os Planos Individuais de Cuidados que, devido ao Projeto de Ampliação das instalações, estavam feitos em suporte papel e apenas na sua parte essencial. Para tornar os Planos Individuais mais ajustados à realidade do residente, foi criada a figura de Gestor de Caso. O referido gestor tem a seu cargo um conjunto de residentes, sendo responsável por todo e qualquer assunto relacionado com os seus respetivos casos.

Ao longo do ano em apreço mantivemos os níveis de exigência que são uma característica predominante na prestação de serviços da instituição.

A ERPI da ACS, em 2019, apresentou os seguintes movimentos de residentes/utentes:

Capacidade da ERPI	105
Frequências dos residentes no ano de 2019	
Entradas	48
Saídas	12
Falecimentos	33
Lista de Espera	134
Residentes da Comunidade Casapiana na ERPI	
Ex-alunos da Casa Pia	8
- Familiares de ex-alunos	12
Ex-funcionários	4

1.1. Metas e dinâmicas

No ano em referência as metas nas diferentes áreas de intervenção, por exemplo animação, enfermagem, serviço social, entre outras, foram alcançadas conseguindo estabelecer um serviço

de excelência nestas duas áreas do saber, geriatria e gerontologia. Esta realidade apenas foi possível pelo investimento efetuado pela Direção da instituição no recrutamento de profissionais qualificados.

1.2. Serviços prestados

Esta resposta social funcionou nos 365 dias do ano nas 24 horas diárias, utilizando a mesma metodologia de trabalho, melhorando e inovando no acompanhamento dos residentes e nos serviços por nós prestados.

2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP)

O Núcleo de Convívio e Partilha (NCP) funcionou, no ano de 2019, numa perspetiva inovadora. Esta resposta ainda não atingiu a sua capacidade máxima, motivo pelo qual, ao longo do ano foram efetuados esforços para aumentar o número de utentes nesta resposta social.

Os utentes do NCP beneficiaram, conforme o que foi contratualizado, de um serviço diferenciado do tradicional centro de dia.

2.1. Metas e dinâmicas

A meta traçada no Programa de Ação e Orçamento para 2019, para esta resposta social, não foi atingida pois os esforços feitos na sua divulgação ainda não surtiram efeitos.

2.2. Serviços prestados

O NCP funcionou de segunda a domingo, em horário alargado das 07h às 22h horas, com viatura para transportar os seus utentes. Embora o leque de pacotes opcionais seja vasto, assiste-se a uma escolha maioritária do horário semanal.

3. Organograma funcional das duas respostas sociais

3.1. Direção Geral/Técnica

O ano de 2019 foi desafiante para a Direção das respostas sociais da ACS.

Foi um ano de acrescida exigência na gestão da instituição garantindo o cumprimento de todos os normativos do ISS, I.P, de implementação de novas estratégias para melhorar a qualidade dos serviços prestados, de reorganização de tarefas e, principalmente, de estabilização das equipas de trabalho.

3.2. Serviço Social

O Serviço Social conseguiu alcançar os objetivos propostos no decorrer do ano de 2019, dando apoio e resposta a situações sociais diferenciadas e a necessitarem da intervenção social. Manteve-se uma relação muito direta entre o Serviço Social, a Animação e os Serviços Terapêuticos da ACS dando continuidade à promoção de um envelhecimento saudável e ativo dos residentes e utentes da instituição.

Foi efetuado o expurgo da lista de espera da resposta social ERPI para o ano de 2019.

3.3. Enfermagem

O ano de 2019 foi marcante para o serviço de Enfermagem da ACS.

Conseguiu-se estabelecer uma equipa de trabalho, que, por sua vez, conseguiu organizar todos os processos e procedimentos de enfermagem. Poderemos afirmar que no ano de 2019 foi criada uma base sólida, em termos de equipa e respetivo funcionamento, na área da enfermagem.

Em termos de recrutamento, e considerando também o aumento dos níveis de dependência existentes, a equipa de enfermagem foi a que teve um maior número de admissões.

3.4. Coordenação de Equipas

A coordenação das equipas de trabalho continuou com o mesmo nível de exigência e de responsabilidade na organização do trabalho. Ressalvamos que este ano conseguimos encontrar a figura de Coordenadora Geral, sendo esta a única categoria profissional em falta no quadro de funcionários, que tem por missão fazer a ponte entre os Coordenadores das várias equipas e a Diretora Geral/Técnica, agilizando o bom funcionamento dos serviços e das equipas.

3.5. Animação Sociocultural

A área da animação sociocultural é um dos pilares das respostas sociais da ACS. Com o dinamismo e a criatividade características desta área de intervenção, o residente usufruiu de uma série de atividades recreativas que contribuem para um envelhecimento saudável.

No ano de 2019 destacou-se o projeto “Praia & Cultura – Adaptada”, que proporcionou aos seus participantes umas férias de verão que foram ajustadas em função da sua menor ou maior dependência, podendo incluir familiares. A concretização deste projeto só foi possível pelo espírito de interajuda existente entre as várias equipas que trabalham na ACS.

Continuamos, no ano em apreço, a privilegiar as ações dinâmicas e lúdicas para os residentes e utentes da ACS, sempre, com uma interatividade e colaboração entre a área de animação e a área da recuperação/manutenção das pessoas idosas.

3.6. Marketing

O Marketing Social permitiu uma publicitação e promoção da imagem da ACS. Além dos já tradicionais meios de comunicação, no decorrer do ano de 2019 deu-se ênfase a dois novos: o Boletim ECOS, reativação, e a *Newsletter* da ACS que teve a sua primeira edição em outubro de 2019.

3.7. Administrativo e Financeiro

Os serviços administrativos e financeiros desempenharam um papel importante na gestão, no controlo e no equilíbrio das disponibilidades financeiras da ACS. Através de uma análise criteriosa dos orçamentos e respetivas disponibilidades financeiras, foi possível concretizar os investimentos descritos nos pontos 1, 1.1 e 1.2 do presente relatório e contas. O sucesso de uma boa gestão só foi possível pela interligação existente entre os serviços administrativos e financeiros, a diretora geral/técnica e a direção, que, em conjunto, planearam e efetuaram uma gestão cuidada e criteriosa dos recursos financeiros, permitindo o desenvolvimento do Programa de Ação e Orçamento de 2019 sem desvios orçamentais.

3.8. Equipa multidisciplinar

A equipa multidisciplinar da ACS reuniu semestralmente conforme o previsto. Estas reuniões foram fundamentais para a criação e avaliação dos Planos Individuais de Cuidados dos residentes e utentes da instituição, nas suas duas respostas sociais. No ano de 2019 a equipa multidisciplinar, com a modernização do sistema informático e a aquisição de horas de formação, teve um melhoramento para a execução da sua função. Com isto afirmamos que todo o investimento realizado na área da informática é espelhado na forma como a equipa está a atuar e a informar os restantes profissionais da instituição.

3.9. Área da manutenção e obras

A área da manutenção e obras fez cumprir os projetos de reparação e conservação dos equipamentos, previstos para o ano de 2019.



Considerações Finais

As contas apresentadas à aprovação da Assembleia de associados e o reconhecimento do trabalho Social que fazemos são sólidos. A atividade e a situação financeira e contabilística refletiram-se exatamente no presente relatório e nas contas, reforçando que, a situação da tesouraria se apresentou estável e suficientemente aprovionada para o cumprimento das obrigações financeiras da instituição. Os órgãos sociais e de gerência da ACS não são remunerados e não auferem quaisquer benefícios económicos ou financeiros pelas funções e responsabilidades assumidas enquanto diretores ou quaisquer outras.

A comunidade Casapiana ergueu e mantém uma obra que a todos nos orgulha.

Associação Casapiana de Solidariedade, 02 de Março de 2020

A Direção:

Luís Filipe da Silva Figueiredo _____

Leonel Luís dos Santos Vicente _____

Clemente da Costa _____

Nuno Miguel Faria Carrilho _____

Maria Eugénia Simões Vieira Duarte _____



ANEXO



Anexo 1
Contas 2019

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	12
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	15
9. Inventários	16
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	16
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras Informações	

17.1. Investimentos financeiros	17
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	18
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	19
17.7. Fundos patrimoniais	19
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	20
17.10. Outros passivos correntes	20
17.11. Fornecimentos e serviços externos	21
17.12. Outros rendimentos	22
17.13. Outros gastos	22
17.14. Resultados financeiros	22
17.15. Informações genéricas	23
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	23

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

BALANÇO
dezembro 2019

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1.3+5.1.4	4 469 600,00	4 579 705,28
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	17.1	6 926,05	3 431,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros crédito e ativos não correntes			
		4 476 526,05	4 583 136,71
Activo corrente:			
Inventários			
Créditos a receber	17.3	74 791,04	37 285,18
Estado e outros entes públicos	17.9	2 521,77	37 288,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	14 861,00	11 033,03
Diferimentos	17.5	5 909,62	4 080,09
Outros activos correntes	17.4	8 178,21	9 948,00
Caixa e depósitos bancários	17.6	20 493,96	25 053,60
		126 755,60	124 688,38
Total do activo		4 603 281,65	4 707 825,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		3 869,82	3 869,82
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		-462 825,68	-586 977,19
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		3 312 168,97	3 377 145,16
Subsídios ao investimento		3 312 168,97	3 377 145,16
Doações			
Outras variações			
		2 853 213,11	2 794 037,79
Resultado líquido do período		268 663,24	124 151,51
Total dos fundos patrimoniais	17.7	3 121 876,35	2 918 189,30
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7+8	976 371,55	1 106 863,32
Outras dívidas a pagar			
		976 371,55	1 106 863,32
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	47 280,11	219 249,98
Estado e outros entes públicos	17.9	44 480,69	34 156,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7+8	122 417,57	85 889,09
Diferimentos	17.5	1 949,50	2 294,50
Outros passivos correntes	17.10	288 905,88	341 181,92
		505 033,75	682 772,47
Total do passivo		1 481 405,30	1 789 635,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 603 281,65	4 707 825,09

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2019

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURC				
		PERÍODOS		2019		
		2019	2018	LAR	CENTRO DIA	ACS SEDE
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados.....	10	1 351 269,73	1 180 226,41	1 281 866,34	37 206,27	32 217,12
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	430 379,25	621 683,88	241 432,32		188 946,93
ISS, IP - Centros Distritais		430 379,25	226 273,38	241 432,32		
Outras entidades públicas						
Subsídios outras entidades			23 220,78			26 345,78
Doações e heranças			372 189,72			162 601,65
Variação nos inventários da produção.....						
Trabalhos para a própria entidade.....						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....						
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	(853 855,24)	(810 881,59)	(806 564,31)	(24 190,58)	(23 100,35)
Gastos com o pessoal.....	15	(998 256,39)	(787 110,86)	(948 446,63)	(29 977,89)	(19 831,87)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....						
Provisões específicas (aumentos/reduções).....			39,47			
Outras imparidades (perdas/reversões).....						
Aumentos/reduções de justo valor.....						
Outros rendimentos.....	17.12	614 352,38	145 566,25	126 414,51	3 067,19	484 870,68
Correções relativas a anos anteriores		17 280,29	26 663,31	14 863,66		2 416,63
Correções positivas de participações do ISS, IP		13 576,96	12 157,65	13 576,96		
Outras correções de anos anteriores		3 703,33	14 505,66	1 286,70		2 416,63
Imputação de subsídios ao investimento		96 341,19	88 499,94	93 450,95	2 890,24	
Outros rendimentos		500 730,90	30 403,00	18 099,90	176,95	482 454,05
Outros gastos.....	17.13	(75 079,89)	(34 711,57)	(11 840,89)	(2 753,04)	(60 485,96)
Correções relativas a anos anteriores		(1 943,52)	(19 349,30)	(1 862,48)	(48,62)	(32,42)
Correções negativas de participações do ISS, IP						
Outras correções de anos anteriores		(1 943,52)	(19 349,30)	(1 862,48)	(48,62)	(32,42)
Outros gastos		(73 136,37)	(15 362,27)	(9 978,41)	(2 704,42)	(60 453,54)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		468 829,84	314 811,99	(117 138,66)	(16 648,05)	602 616,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5+6	(168 131,15)	(155 156,02)	(159 724,60)	(8 406,55)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		300 698,69	159 655,97	(276 863,26)	(25 054,60)	602 616,55
Juros e rendimentos similares obtidos.....						
Juros e gastos similares suportados.....	17.14	(32 035,45)	(35 504,46)	(30 433,67)	(961,05)	(640,73)
Resultado antes de impostos		268 663,24	124 151,51	(307 296,93)	(26 015,65)	601 975,82
Imposto sobre o rendimento do período.....						
Resultado líquido do período		268 663,24	124 151,51	-307 296,93	-26 015,65	601 975,82

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção

Ana Escobar

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

dezembro 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 546 600,68	1 226 170,41
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bçlsas			
Pagamentos a fornecedores		-1 141 997,31	-874 067,18
Pagamentos ao pessoal		-633 557,50	-501 575,93
Caixa gerada pelas operações		-228 954,13	-149 472,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-19 619,62	93 782,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-248 573,75	-55 690,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-41 223,80	-244 540,50
Activos intangíveis		-41 223,80	-244 540,50
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	960,24
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			960,24
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-41 223,80	-243 580,26
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		867 601,65	372 189,72
Realizações de fundos		425 000,00	
Cobertura de prejuizos			
Doações		442 601,65	372 189,72
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-582 363,74	-67 976,86
Juros e gastos similares		-550 328,29	-32 472,40
Dividendos		-32 035,45	-35 504,46
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		285 237,91	304 212,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		-4 559,64	4 942,24
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		25 053,60	20 111,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		20 493,96	25 053,60

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção



Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Casapiana de Solidariedade, contribuinte n.º 503 109 487, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua António Pinho n.º 6, 6A, 6B e 6C, Parque de Monsanto, 1500-661 Lisboa e registada pela inscrição n.º 26/94, a fl. 182 v.º do livro n.º 5 das associações de solidariedade social em 19 de junho de 1993. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros activos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativo;
b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.

As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.

Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.



3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2019	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2019
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5 889 568,83
Equipamento Básico	336 817,43	16 515,85	0,00	0,00	0,00	353 333,28
Equipamento Transporte	143 888,85	31 365,00	0,00	0,00	0,00	175 253,85
Equipamento Administrativo	179 297,99	7 714,15	0,00	0,00	0,00	187 012,14
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	131 231,31	2 430,87	0,00	0,00	0,00	133 662,18
Activos Fixos Tangíveis em curso	4 428,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 428,00
Total	6 685 232,41	58 025,87	0,00	0,00	0,00	6 743 258,28
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 607 672,00	111 109,47	0,00	0,00	0,00	1 718 781,47
Equipamento Básico	200 842,46	25 477,80	0,00	0,00	0,00	226 320,26
Equipamento Transporte	102 780,65	24 171,57	0,00	0,00	0,00	126 952,22
Equipamento Administrativo	173 793,77	4 181,88	0,00	0,00	0,00	177 975,65
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	20 438,25	3 190,43	0,00	0,00	0,00	23 628,68
Total	2 105 527,13	168 131,15	0,00	0,00	0,00	2 273 658,28
						VL 4 469 600,00

Designação	Saldo 01-01-2018	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2018
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5.816.944,84	16.867,56	0,00	55.756,43	0,00	5.889.568,83
Equipamento Básico	276.424,07	60.393,36	0,00	0,00	0,00	336.817,43
Equipamento Transporte	143.888,85	0,00	0,00	0,00	0,00	143.888,85
Equipamento Administrativo	178.427,76	870,23	0,00	0,00	0,00	179.297,99
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	123.627,09	7.604,22	0,00	0,00	0,00	131.231,31
Activos Fixos Tangíveis em curso	4.428,00	55.756,43	0,00	-55.756,43	0,00	4.428,00
Total	6.543.740,61	141.491,80	0,00	0,00	0,00	6.685.232,41
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.496.598,53	111.073,47	0,00	0,00	0,00	1.607.672,00
Equipamento Básico	177.349,37	23.493,09	0,00	0,00	0,00	200.842,46
Equipamento Transporte	86.450,33	16.330,32	0,00	0,00	0,00	102.780,65
Equipamento Administrativo	171.483,35	2.310,42	0,00	0,00	0,00	173.793,77
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	18.489,53	1.948,72	0,00	0,00	0,00	20.438,25
Total	1.950.371,11	155.156,02	0,00	0,00	0,00	2.105.527,13
						VL 4.579.705,28

5.1.4 Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" a Entidade não possui qualquer bem suscetível de ser reconhecido como tal.

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01-01-2019	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2019
Custo						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

Designação	Saldo 01-01-2018	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2018
Custo						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11.776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.776,84
Depreciações acumuladas						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11.776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.776,84
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

Designação	2019			2018		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	18 918,60	6 306,20	12 612,40	25 224,81	6 306,21	18 918,60
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	31 365,00	12 546,00	18 819,00			0,00
Total	50 283,60	18 852,20	31 431,40	25 224,81	6 306,21	18 918,60

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	V. Residual	Capital em dívida		
					n/Corrente	Corrente	Total
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	01-12-2017	5 anos	31 531,01	5,01	6 306,19	6 306,21	12 612,40
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	03-04-2019	3 anos	31 365,00	0	9 409,50	9 409,50	18 819,00
Total			62 896,01	5,01	15 715,69	15 715,71	31 431,40

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2019 de 2018 a Entidade registou os seguintes encargos com financiamentos obtidos:

Designação	2019	2018
Juros Suportados	32 035,45	35 504,46
De financiamentos obtidos	32 035,45	35 504,46
Locações Financeiras	0,00	0,00
Outros Financiamentos	32 035,45	35 504,46
Outros Juros	0,00	0,00
Total	32 035,45	35 504,46

Empréstimos

Designação	2019			2018		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
BANCO MG nº 185-36.100069-7	1 173 833,81	106 476,09	1 067 357,72	1 200 000,00	26 166,19	1 173 833,81
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 173 833,81	106 476,09	1 067 357,72	1 200 000,00	26 166,19	1 173 833,81

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	Capital em dívida		
				n/Corrente	Corrente	Total
BANCO MG nº 185-36.100069-7	01-11-2018	40 meses	1 200 000,00	960 655,86	106 701,86	1 067 357,72
			0,00	0,00	0,00	0,00
Total			1 200 000,00	960 655,86	106 701,86	1 067 357,72

Empréstimo: nº 185-36.100069-7

Designação	Capital	Juros	Total
Amortização capital + juros em 2016	0,00	1 638,52	1 638,52
Amortização capital + juros em 2017	0,00	24 264,97	24 264,97
Amortização capital + juros em 2018	26 166,19	35 504,46	61 670,65
Amortização capital + juros em 2019	106 476,09	32 035,45	138 511,54
	0,00	0,00	0,00
Total	132 642,28	93 443,40	226 085,68

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” não apresentava saldos.

10. Rendimentos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1 351 289,73	1 180 226,41
Quotas	32 217,12	28 262,50
Utentes e comunidade	1 319 072,61	1 151 963,91
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00
Subsídios, doações e outros	430 379,25	621 683,88
Subsídios das Entidades Públicas	241 432,32	226 273,38
Subsídios de outras entidades	26 345,28	23 220,78
Doações e heranças	162 601,65	372 189,72
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	41,04
Outros rendimentos	614 352,35	145 562,25
Juros, dividendos e outros	0,03	4,00
Total	2 396 021,36	1 947 517,58

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2019 não ocorreram variações relativas a provisões.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha, nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”, registados os seguintes montantes:

Designação	2019	2018
Subsídios das Entidades Públicas	294 122,88	272 714,94
Instituto da Segurança Social	241 432,32	226 273,38
ERPI	241 432,32	226 273,38
Autarquias	0,00	0,00
IEFP	0,00	0,00
Outras Entidades	26 345,28	23 220,78
Provedoria Casa Pia de Lisboa	26 345,28	23 220,78
Doações e heranças	0,00	0,00
Total	430 379,25	621 683,88

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2019 e 2018, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2019	2018
Remunerações	796 644,13	627 543,63
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	796 644,13	627 543,63
Indemnizações	621,00	511,95
Encargos sobre Remunerações	179 057,39	138 963,50
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	179 057,39	138 963,50
Seguro de A. de Trabalho	13 909,01	12 630,40
Gastos de Acção Social	1 301,22	1 207,02
Outros Gastos com o Pessoal	6 723,64	6 254,36
Total	998 256,39	787 110,86

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2019 e 2018 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT) e para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS), detinha os seguintes movimentos na rubrica de "Investimentos Financeiros":

Designação	Saldo 01-01-2019	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2019
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	2 967,48	0,00	3 494,62	0,00	6 462,10
Total	3 431,43	0,00	3 494,62	0,00	6 926,05

Designação	Saldo 01-01-2018	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2018
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	1.594,01	0,00	2.335,28	-961,81	2.967,48
Total	2.057,96	0,00	2.335,28	-961,81	3.431,43



17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos nas contas em referência:

Designação	2019	2018
Doadores em curso	0,00	0,00
Quotas	14 861,00	11 033,03
Total	14 861,00	11 033,03

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Créditos a receber” registavam os seguintes saldos:

Designação	2019	2018
Clientes c/c	60 873,90	0,00
Utentes c/c	13 917,14	37 285,18
Utentes cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	74 791,04	37 285,18

17.4. Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” registava, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os seguintes valores:

Designação	2019	2018
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00
Fornecedores	6 884,05	9 434,70
Adiantamentos a Fornecedores	118,99	2 669,64
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	6 765,06	6 765,06
Pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00
Outros devedores	1 294,16	513,30
Outros	1 294,16	513,30
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	8 178,21	9 948,00

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” registava os seguintes saldos:

Designação	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 909,62	4 080,09
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	5 909,62	4 080,09
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	1 949,50	2 294,50
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	1 949,50	2 294,50

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, registava os seguintes saldos:

Designação	2019	2018
Caixa	2 047,64	3 351,82
Depósitos à ordem	18 446,32	21 701,78
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	20 493,96	25 053,60

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-jan-19	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-19
Fundos	3 869,82	0,00	0,00	3 869,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-586 977,19	124 151,51	0,00	-462 825,68
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 377 145,16	85 697,95	-150 674,14	3 312 168,97
Subsídios Investimento	3 377 145,16	31 365,00	-96 341,19	3 312 168,97
Valor de 2018	3 377 145,16	31 365,00	0,00	3 408 510,16
Imputação de subsídios	0,00	0,00	-96 341,19	-96 341,19
ISS	0,00	0,00	-26 746,05	-26 746,05
FEDER	0,00	0,00	-35 371,95	-35 371,95
Fundação Montepio	0,00	0,00	-200,00	-200,00
Da comunidade/Donativos	0,00	0,00	-34 023,19	-34 023,19
Doações	0,00	54 332,95	-54 332,95	0,00
Resultado líquido do período	124 151,51	268 663,24	-124 151,51	268 663,24
Total	2 918 189,30	478 512,70	-274 825,65	3 121 876,35

Os aumentos resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2018 no valor de €124.151,51 e da doação para aquisição de veículo no valor de €31.365,00.

As diminuições reportam-se à imputação, no período, dos subsídios ao investimento no valor de €96.341,19.

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de Investimentos” discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2019	2018
Fornecedores c/c	47 280,11	219 249,98
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	47 280,11	219 249,98

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está repartida da seguinte forma:

Designação	2019	2018
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	2 521,77	37 279,84
* ao abrigo Dec. Lei 20/90		
Outros Impostos e Tributações	0,00	8,64
Total	2 521,77	37 288,48
Passivo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	7 804,04	6 248,37
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	35 783,25	27 714,34
Outros Impostos e Tributações	893,40	194,27
Total	44 480,69	34 156,98

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2019		2018	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e Utentes	0,00	19 456,55	0,00	16 858,58
Adiantamento de utentes	0,00	19 456,55	0,00	16 858,58
Fornecedores	0,00	19 167,16	0,00	64 046,54
Fornecedores de investimentos	0,00	19 167,16	0,00	64 046,54
Pessoal	0,00	16,99	0,00	1 076,88
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	1 076,88
Outras operações com pessoal	0,00	16,99	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	138 539,19	0,00	118 933,13
Remunerações a liquidar	0,00	138 539,19	0,00	118 933,13
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2020	0,00	111 534,98	0,00	97 373,23
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2020	0,00	27 004,21	0,00	21 559,90
Outros Acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	111 725,99	0,00	140 266,79
Total	0,00	288 905,88	0,00	341 181,92

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Exploração de refeitórios	307 376,38	329 418,16
Trabalhos especializados	35 904,18	25 050,51
Publicidade e propaganda	170,88	174,43
Vigilância e segurança	75 843,15	72 825,30
Honorários	17 716,88	15 218,25
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	74 793,33	72 785,37
Serviços bancários	3 477,43	1 753,61
Outros		
Consultas utentes	20 547,48	3 037,79
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	4 213,95	7 399,28
Material de escritório	7 295,85	7 897,70
Artigos para oferta	17 175,81	5 909,53
Material didáctico	7,45	11,10
Rouparia	1 714,67	3 745,07
Artigos saúde utentes	47 227,84	38 378,06
Jornais e revistas	20,21	
Electricidade	61 131,31	60 503,40
Combustíveis	7 550,91	8 181,10
Água	30 656,87	29 414,56
Gás	32 224,44	37 371,87
Deslocações e Estadas		
Pessoal	2 533,47	2 626,04
Utentes	8 759,02	9 421,79
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias		
Rendas e alugueres	617,56	
Comunicação	32 109,34	24 685,11
Seguros	6 694,84	6 232,66
Contencioso e notariado	2 018,47	1 107,77
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	51 547,00	46 668,81
Outros Serviços	3 781,46	578,50
Atividades de animação	745,06	465,82
Total	853 855,24	810 861,59



17.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2019	2018
Rendimentos Suplementares	18 465,82	26 795,11
Descontos de pronto pagamento obtidos	245,02	217,86
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend.e ganhos em invest.não financeiros	478 815,00	0,00
Correções relativas períodos anteriores	17 280,29	26 663,31
Imputação de subsídios p/ investimento	96 341,19	88 499,94
Restituição de impostos	1 827,73	0,00
Ganhos em out.investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	1 377,30	3 386,03
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	0,03	4,00
Total	614 352,38	145 566,25

17.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2019	2018
Impostos	176,79	242,26
Dívidas incobráveis	12 509,58	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	1 943,52	19 349,30
Donativos	60 000,00	15 090,00
Quotizações	450,00	0,00
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	30,01
Outros Juros	0,00	0,00
Total	75 079,89	34 711,57

17.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e/ou rendimentos relacionados com juros e similares com financiamento. Os juros, dividendos e outros rendimentos similares estão evidenciados no quadro 17.12.

Designação	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	32 035,45	35 504,46
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	32 035,45	35 504,46
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-32 035,45	-35 504,46

17.15. Informações genéricas

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2019 e 2018 foi o seguinte:

Designação	2019		2018	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
ERPI	96	50	84	52
Centro Dia	6	3	7	4
Total	102	53	91	56

17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 25 de fevereiro de 2020.

O Contabilista Certificado

Ana Castelo

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

_____, ____ de _____ de 2020

